

ASSUNTO: Conferência Nacional dos Bispos
do Brasil.

O SR. FRANCISCO SALGOT CASTILLON — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o documento divulgado ontem pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil constitui a manifestação mais serena, lúcida e objetiva, no meu modo de ver, já feita da Revolução. Com muita propriedade e oportunidade examina o manifesto as causas da Revolução, aplaude os militares que "com risco de suas vidas se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação", libertando-a dos perigos que a ameaçavam, mas proclamando, ao mesmo tempo, que a restauração da ordem social em bases cristãs e democráticas só será possível quando "se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades de materialismo, tão perniciosas, que geram o próprio comunismo, e, sobretudo, enquanto o espírito sobrenatural não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas."

Louvando o manifesto e regozijando-me com os ilustres pfeitos brasileiros, seus signatários, passo a lê-lo para que conste dos Anais desta Casa.

A nota

(Lê) E' o seguinte, na íntegra, o documento:

"Após a reunião extraordinária, convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e realizada no Rio de Janeiro de 27 a 29 de maio, nós, cardeal-arcebispo de Aparecida, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, arcebispo de João Pessoa, arcebispo de Fortaleza, arcebispo de Niterói, arcebispo de Belém, arcebispo de Brasília, arcebispo de Olinda e Recife, arcebispo de Goiânia, arcebispo de Cuiabá, arcebispo de Goiânia, arcebispo de Cuiabá, arcebispo de Manaus, arcebispo coadjutor de Belo Horizonte, arcebispo de Diamantina, arcebispo de Aracaju, arcebispo de Uberaba, arcebispo de Teresina, arcebispo de Juiz de Fora, arcebispo de Pousa Alegre, arcebispo de Natal, bispo de Campina Grande, bispo-coadjutor de Santos, bispo-auxiliar de Belém, com bênçãos e preces, desejamos levar aos sacerdotes, religiosos, religiosas, organizações católicas e fiéis de nossas dioceses esta palavra de esclarecimento, de conforto e de estímulo em face dos recentes acontecimentos ocorridos no País.

O Brasil foi há pouco cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra. Seria, além do mais, que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas e, de modo especial, da liberdade religiosa e da civil.

Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a proteção divina se fez sentir, de maneira sensível e inofensiva. De uma a outra extremidade da Pátria transbordava dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus pelo êxito inerte de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos à quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.

A Revolução, segundo afirmam seus dirigentes mais qualificados, teve a intenção de arrancar o País ao comunismo e de fazer valer a Justiça, o Direito e o bom senso. Não há dúvida que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto, o critério da correção, os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, as medidas sancionadoras e as penalidades não são atribuições de força, como tal, mas de outros valores, sem os quais a força não passaria de arbitrariedade, de violência, de tirania. Que acusados tenham o sagrado direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou de vinda.

Tranquilidade

"Mercê de Deus, muito nos tem tranquilizado a palavra oficial, quer a do Comando Revolucionário, logo após a vitória, quer a do senhor presidente da República, desde que, eleito pelo Congresso Nacional, assumiu toda a responsabilidade de supremo magistrado. Contudo, ao reconhecer as inevitáveis dificuldades do momento e as melhores intenções do governo, cumpre-nos declarar que não podemos concordar com a atitude de certos elementos, que têm promovido mesquinhas hostilidades à Igreja, na pessoa de bispos, sacerdotes, militantes leigos e fiéis.

Reconhecemos e lamentamos que, até mesmo em movimentos de orientação católica, tenha havido facilidades e abusos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância, ou de outros que foram vítimas de seu próprio idealismo, da falta de malícia ou de inadequada apreciação dos fatos. Mas, na medida em que essas falhas chegaram ao nosso conhecimento, antes mesmo da Revolução, jamais nos omitimos no sentido de advertir e corrigir os culpados, fossem leigos ou sacerdotes.

Por outro lado, não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que bispos, sacerdotes e fiéis ou organizações, como, por exemplo, Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas, ou comunizantes. Isto se deve, às vezes, à própria tática comunista, outra vez a certos elementos inconformados com a atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do clero e do laicato, que pregam a sua doutrina, seja contra o comunismo, seja contra gritantes injustiças sociais e foco de corrupção e de degradação dos valores morais. É

profundamente lamentável que tradicionais e acirrados inimigos da Igreja e alguns órgãos da imprensa do País levem ao pelourinho da difamação e da calúnia bispos e sacerdotes, e cheguem ao extremo de se vangloriarem do título de defensores e orientadores da consciência católica. Contra esta abominação levantamos nossa voz de autênticos pastores".

Restauração da ordem

"Estamos onde sempre estivemos, em defesa dos sagrados direitos de Deus e da Pátria. Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas, esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial de comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades de materialismo, tão perniciosas, que geram o próprio comunismo, e, sobretudo, enquanto o espírito sobrenatural autêntico não impregnar todas as pessoas e todas as atividades humanas. Nossas tradições cristãs e a sagrada instituição da família, assim como o sentimento religioso do povo não devem servir para acobertar aqueles que deturpam a verdade e corrompem os costumes, ou se entregam aos abusos do capitalismo liberal.

Protestamos fidelidade à norma que sempre orientou os bispos do Brasil, de colaborar com o Estado, em tudo que visa ao bem comum e aos interesses da Pátria, na mesma linha de elevação, dignidade e desprendimento que tem sido a constante do Episcopado, em toda a nossa história. Somos, por isso, pelas reformas que a hora presente exige, de acordo com o espírito cristão de a doutrina social da Igreja, que tantas vezes temos expedido.

Hoje, como sempre, as autoridades federais, estaduais e municipais dos três poderes da República encontrarão, de nossa parte, as melhores disposições, no sentido de prestigiar, acatar e facilitar a ação governamental. Não nos curvaremos, porém, às injunções da política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso, silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça.

Fazemos um apelo a todas as forças vivas da Nação para que, pondo de lado interesses egoísticos, colaborem com as autoridades constituídas na tarefa ingente de reconstrução da Pátria.

Esperamos que os responsáveis pelos destinos temporais do Brasil aceitem, defendam e cumpram os princípios do Evangelho e as normas da doutrina social cristã, não só porque esses princípios são os nossos, mas porque constituem a base fora da qual não há, nem poderá haver, ordem social, segurança, estabilidade e verdadeiro progresso.

Agradecemos à Virgem Imaculada Aparecida a maternal proteção que nos tem dispensado e rogamos a nossa excelsa padroeira continue a alcançar de Nosso Senhor Jesus Cristo, seu divino Filho, para o Brasil aquela paz que se fundamenta na verdade na justiça, na liberdade e na caridade.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1964"